

Palavras de boas-vindas

Prezados/as, senhoras e senhores que compõem a mesa, professores do ensino fundamental, médio e superior, estudantes universitários, alunos do curso de especialização em direitos humanos, pesquisadores, militantes, educadores populares, instrutores das academias de polícia, advogados, promotores, procuradores, juizes e todo o público aqui presente composto por pessoas que atuam nas mais diversas áreas para a promoção dos direitos humanos, na região nordestina, no Brasil e no mundo.

Sejam todos bem-vindos ao Seminário sobre “A contribuição da Universidade na formação em direitos humanos”, nesta bela cidade de João Pessoa que antigamente possuía um nome tão belo quanto as suas belezas naturais e históricas: Filipéia de Nossa Senhora das Neves e que, nos próximos dias comemorará 418 anos de existência.

Nós, que organizamos com dedicação, trabalho e carinho este evento, gostaríamos que todos o sentíssemos como nosso, como momento de um trabalho coletivo que cada um de nós vem desenvolvendo nas suas realidades locais. De nossa parte, podemos garantir, desde já, de que os êxitos serão de todos, as falhas somente nossas!

A sua presença aqui já, por si só, representa o alcance de um dos objetivos do seminário: fortalecer as redes de educadores em direitos humanos e principalmente estreitar os laços pessoais que nenhuma rede meramente virtual pode substituir no presente e espero continue assim também no futuro.

A sua presença aqui demonstra a existência não somente de **um interesse** para a educação aos direitos humanos, que vai além de qualquer modismo momentâneo, mas da existência de um **movimento** de formação em direitos humanos e à cidadania que envolve um número crescente de instituições e de pessoas, tanto do terceiro setor como do setor público.

Trata-se de movimento real, concreto, histórico, amplo, tendencialmente universal de luta pela defesa e promoção dos direitos humanos no mundo inteiro. Trata-se de um movimento pluralista, polissêmico, vários, polêmico, às vezes divergente, mas de um movimento histórico concreto, aliás o único que tenha uma linguagem, uma abrangência, uma articulação, uma organização que supera as fronteiras estaduais, tanto horizontalmente através das redes, como verticalmente, do bairro até às Nações Unidas, passando por todas as instâncias intermediárias.

A globalização, além do seu lado perverso e desumano, está permitindo, hoje, o surgimento de uma “sociedade civil universal” (*Global Civil Society*), à qual corresponde a constituição de instituições públicas sempre maiores onde Estados, Governos, e Organizações Internacionais tendem a falar a mesma linguagem dos direitos humanos. Não vejo, hoje, um outro movimento que

possua esta articulação e esta potencialidade, mesmo com todos os problemas e as dificuldades de efetivação.

Isso faz com que o educador em direitos humanos se sinta parte de uma comunidade mais ampla, de um movimento quase planetário, ao qual pode dar a sua parcela de contribuição. O que é importante também para quem faz ensino, pesquisa e extensão universitária, porque o obriga a manter uma estreita aproximação com as questões da sociedade e evitando o enclausuramento na academia, e promovendo a participação ativa nas lutas sociais.

Temos a honra e a satisfação de registrar a presença de representantes das redes de educação presentes no Brasil:

- a professora Lurdinha Nunes da Universidade Federal do Piauí, representando a rede mais antiga e mais importante de direitos humanos no Brasil, ou seja, o Movimento Nacional de Direitos Humanos que é parceira na promoção e realização deste Seminário;
- a professora Aída Monteiro, da Universidade Federal de Pernambuco e o educador Roberto Monte, da DH-NET do Rio Grande do Norte, ambos membros da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos;
- O prof. Sérgio Adorno, do Núcleo de Estudos da Violência da USP, e a prof.a Flávia Piovesan, da PUC-SP, respectivamente Presidente e Vice-Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Direitos Humanos-ANDHEP, recentemente fundada;
- A prof.a Maria de Nazaré Tavares Zenaide, da UFPB, coordenadora da área temática direitos humanos do Fórum de Pró-Reitores de extensão das universidades públicas brasileiras;
- O professor Luciano Mariz Maia, Procurador da República e professor da UFPB, membro do Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos;
- Temos também alguns representantes do recém-empossado Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, criado pela Secretaria Especial de Direitos Humano da Presidência da República por iniciativa do Ministro Nilmário Miranda: as professoras Aída Monteiro, Flávia Piovesan e Nazaré Zenaide.
- Estão aqui também representantes de dezenas de ONGs e de entidades públicas que atuam na promoção dos direitos humanos (ver a lista nos anexos).

Alguém disse que um dos grandes desafios atuais da educação no mundo globalizado pode ser resumido na seguinte frase: “ser filho da aldeia e, ao mesmo tempo, cidadão do mundo”. Filhos da aldeia a gente nasce, mas cidadão do mundo a gente se torna e esta é a tarefa da educação em DH. Cada um de nós nasce num determinado lugar geográfico e social e isso comporta a assimilação de uma determinada língua, cultura e “maneira de ser no mundo”, que faz com que nós nos tornemos o que somos. O homem, com efeito, não nasce homem, mas se faz homem.

É impossível renunciar a esta identidade originária que faz parte da nossa condição humana, enquanto ser não totalmente predeterminado pela natureza. Tal identidade se constrói necessariamente num confronto intersubjetivo entre um “eu” e um “outro”, e entre um “nós” e outros “nós”. Porém, como diziam os filósofos escolásticos medievais: “*Omnis determinatio, est negatio*”, toda determinação e, ao mesmo tempo, negação: o “eu” se define como tal enquanto se relaciona com o “não eu”, o outro, o diferente dele. Mas esta negação, que é ao mesmo tempo lógica e ética, não pode chegar ao ponto de desconhecer na diversidade do outro, também o que há de comum, ou seja, a identidade.

A dialética entre subjetividade e alteridade não pode ser suprimida porque ela é parte constitutiva da construção da nossa identidade; mas tal dialética não significa que o outro deva ser visto necessariamente como o inimigo, desconhecendo a comum condição humana em que todos estamos.

Como se sabe, o homem é um dos poucos seres vivo, ou talvez o único que desenvolveu uma altíssima agressividade intraespecífica, quase que desconhecida no mundo natural, embora este seja dominado pela luta pela sobrevivência. O homem, a diferença dos outros animais cuja agressividade é geralmente extra específica e determinada por necessidades vitais, possui uma alta dose de agressividade contra o próprio semelhante.

Neste sentido, não poderíamos propriamente afirmar que o homem é o lobo do outro homem, segundo uma máxima latina que Thomas Hobbes tornou famosa: *homo homini lupus*. Na verdade, os lobos não agredem os outros lobos de forma tão generalizada, cruel e violenta como os homens fazem com os seus semelhantes.

O testemunho mais dramático e, ao mesmo tempo, mais lúcido que conheça sobre até que ponto possa chegar a banalização do mal, segundo a famosa fórmula de Hanna Arendt, encontra-se no livro de Primo Levi: “Se este é um homem”, que traz as suas reflexões sobre a experiência vivida nos campos de extermínio nazistas e abre com a frase: “Olhais o que os homens foram capazes de fazer a outros homens”.

Educar aos direitos humanos e à cidadania significa, portanto, promover uma dialética da intersubjetividade em que o outro não seja reconhecido como um inimigo, isto é, simplesmente como um “não eu”, mas como um “outro eu”: “o outro como mi mesmo” segundo a fórmula feliz do filósofo Paul Ricoeur. Reconhecer o outro como mi mesmo significa então superar uma dialética puramente negativa da alteridade para alcançar o reconhecimento comum de pertença, que é parte da nossa condição humana.

Esta é a grande tarefa da educação em direitos humanos: “elevar” o indivíduo da sua particularidade para a universalidade. Neste sentido, a educação não pode ser simplesmente um

repassa de conteúdos e informações, mas deve educar a certos valores que o documento da Rede Brasileira de Educadores em D.H. de 1997 chama com muita propriedade “valores republicanos”: a tolerância, o respeito do outro, a indignação frente às desigualdades sociais, o respeito da coisa pública, o espírito público, a não violência, a paz.

É disso que falaremos neste seminário, procurando identificar conteúdos, metodologias e dimensões da educação em direitos humanos e à cidadania a partir da rica experiência que cada um de nós traz da sua vivência nos movimentos sociais, nas instituições educativas públicas e particulares e na sua experiência cotidiana.

O seminário pretende ser um **ponto de chegada**: nos comprometemos aqui a socializar, pôr em comum e sistematizar as experiências existentes, sobretudo na região Nordeste que, como acontece também em outros campos, nem sempre conhece e valoriza suficientemente as riquezas que já possui. Mas o seminário quer ser sobretudo um **ponto de partida** de tal forma que este riquíssimo material fruto do trabalho coletivo que aqui vamos sistematizar, socializar e divulgar, possa servir para uma melhoria quantitativa e qualitativa da nossa intervenção social. Por isso, esperamos que todos aqui presentes se sintam à vontade para dar a sua contribuição, pequena ou grande que possa ser.

Não poderia terminar estas minhas palavras de boas-vindas sem lembrar todos os parceiros do Projeto Uni-cidadania sem os quais este seminário não seria possível:

- A coordenação geral do projeto aqui representada pela professora Ronidalva de Andrade Melo, da Fundação Joaquim Nabuco.
- O Movimento Leigo América Latina-MLAL, aqui representado pelo seu coordenador no Brasil, Pippo Pisano e através dele, agradecer também ao Departamento de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores da Itália.
- O Movimento Negro Unificado da Bahia, aqui representado pela educadora Eliana Boa Morte de Salvador.
- A Universidade Estadual da Bahia, aqui representada pelo prof. Gino Tapparelli coordenador do curso de extensão sobre violência e impunidade.
- A Escola de Governo da Fundação Joaquim Nabuco, aqui representada pela Profa. Ronidalva de Andrade Melo.
- A Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais da Bahia, o Centro de Documentação Dom Hélder Câmara, o Serviço Ecumênico de Atendimento as famílias dos presos SEMPRI/Pe, todos aqui também representados.

Abertura do Seminário “A contribuição da Universidade na formação em direitos humanos” –
UFPB, 2003.

- Os colegas e amigos do SEAMPO, Setor de Estudos e Assessoria aos Movimentos Populares da UFPB, aqui representado pela Professora Fátima Pereira do Dep. De Psicologia do CCHLA.

O projeto UNI-CIDADANIA, promotor deste como de outros seis seminários, não é um fim em si mesmo, mas um instrumento a serviço de uma articulação mais ampla: por isso, neste seminário, o convite foi aberto a representantes de todos os Estados do Nordeste.

Gostaria também agradecer desde já a todos os membros da Comissão de Direitos Humanos, professores, funcionários, estudantes e estagiários que permitiram com o seu trabalho e dedicação a realização deste evento. Pedimos uma certa compreensão pelas falhas organizativas que procuramos limitar ao máximo, mas que sempre existem.

Finalmente não poderia deixar aqui de relembrar duas figuras que foram marcantes na minha vida e que tem tudo a ver com este seminário.

Em primeiro lugar a líder sindical Margarida Maria Alves, de Alagoa Grande, que conheci logo que vim com a minha esposa Inez para trabalhar no Serviço de Educação Popular-SEDUP, da Diocese de Guarabira, no Brejo paraibano, e que já naqueles tempos de ditadura militar, no final dos anos setenta e início dos anos 80, lutava pelos direitos trabalhistas dos canavieiros e participava do Centro de Educação do Trabalhador Rural-CENTRU. O seu assassinato brutal não impediu o avanço da luta dos trabalhadores, mas impediu que ele estivesse aqui hoje entre nós para participar deste movimento, de que ela seria certamente uma das grandes protagonistas.

A outra figura é a do sociólogo italiano Enzo Melegari, que foi até o ano passado presidente do MLAL e um dos idealizadores do projeto UNI-CIDADANIA, nos meados dos anos 90 e que não teve a felicidade e a sorte de assistir a este evento e à conclusão do projeto que ele tanto sonhou e apoiou, porque uma morte cruel e repentina o colheu no meio do caminho.

Duas vidas distantes no espaço, mas próximas na luta pelos mesmos ideais, fruto da outra globalização que nós queremos, a globalização dos direitos e da solidariedade. À memória de Margarida e de Enzo de todos os militantes que tombaram na luta por um mundo mais justo e solidário quero dedicar esta minha fala e este seminário.

Um grande abraço e um bom trabalho a todos.

Obrigado

João Pessoa, 23 de julho de 2003

Giuseppe Tosi